

25 DE ABRIL
SEMPRE!

1974
2024

50
ANOS



ABRIL
PRESENTE
E FUTURO

COM A FORÇA DOS TRABALHADORES

1974 . 2024

25 ABRIL SEMPRE COM A FORÇA DOS TRABALHADORES!

PRESENTE E FUTURO



EDUARDO GAGEIRO

A Revolução de 25 de Abril de 1974 é um dos momentos mais altos da História de Portugal, a concretização da vontade colectiva de pôr fim aos 48 anos da ditadura fascista e à guerra colonial, acabar com o atraso em que o País se encontrava, erradicar as gritantes injustiças e desigualdades sociais, construir um regime de liberdade e democracia para a emancipação social e política dos trabalhadores e do povo e afirmar a soberania e a independência nacionais.

O percurso heróico de luta, de resistência antifascista, de luta dos trabalhadores, deu um contributo inestimável para a vitória alcançada em 1974 sobre o regime fascista e colonial de Salazar, Caetano e seus sequazes, levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas em aliança com o Povo Português, e para tornar possível a libertação de Portugal naquele 25 de Abril de 1974.



UM PAÍS TRISTE



▲ "Repressão. Prisão efectuada quando da carga da polícia de choque motivada pelo contrato colectivo dos bancários"
Autor: Guilherme Silva



▶ "Repressão. Prisão efectuada quando da carga da polícia de choque motivada pelo contrato colectivo dos bancários"
Autor: Guilherme Silva

Portugal, fustigado por séculos de monarquia protectora da exploração e da apropriação privada de todas as riquezas, com uma República incapaz de dar resposta aos graves problemas existentes, condenado a 48 anos de fascismo, era um País fechado, retrógrado, conservador, empobrecido, analfabeto, atrasado nos planos económico, social, político e cultural.

Um País sem liberdades e sem futuro, sujeito a uma Guerra que os povos das Colónias Africanas foram obrigados a travar para alcançar a sua independência.

26%
TAXA DE ANALFABETISMO (1970)

55%
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (1970)

67 ANOS
ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA - 67 ANOS (1970)

“ ERA UMA VEZ UM PAÍS,
ONDE ENTRE O MAR E A GUERRA
VIVIA O MAIS INFELIZ
DOS POVOS À BEIRA TERRA ”

(ARY DOS SANTOS)



◀ Invasão da TAP pela polícia de choque a 12 de Julho de 1973

- os partidos eram proibidos, os sindicatos como associações livres e autónomas de trabalhadores também. Os opositoristas ao governo eram perseguidos e presos, os jornais, os livros, a rádio, a televisão, as peças de teatro e os filmes eram censurados;
- a greve, as reuniões e manifestações eram proibidas, e as reuniões permitidas eram fortemente condicionadas por regras ou pela força, e vigiadas pela polícia política;
- os trabalhadores da função pública, os pescadores e os trabalhadores agrícolas estavam proibidos de constituírem os seus próprios sindicatos corporativos, já de si sujeitos a várias restrições e ao controlo por parte do Estado;
- as mulheres não tinham direito a voto, era-lhes vedado o acesso aos cargos superiores da Administração Pública e a várias profissões do sector privado. Não podiam tirar a carta nem sair para o estrangeiro sem uma autorização expressa dos maridos; as enfermeiras, hospedeiras de bordo e as telefonistas eram proibidas de se casarem, e as professoras só o podiam fazer mediante autorização do Ministério da Educação;
- todas as eleições durante os 48 anos de fascismo foram fraudulentas, a começar pelo referendo à constituição de 1933, em que votaram apenas 130 mil portugueses e as abstenções contaram como votos de apoio;
- os despedimentos eram ao arbítrio do patrão, não havia salário mínimo nacional, o horário era de 48 horas semanais, as férias, 8, 10, 15, 18 dias, conforme os anos de casa e sem subsídio, a segurança social e a assistência na saúde eram mínimas e não abrangiam a maioria da população.



1974 - 2024
SEMPRE
COM A FORÇA DOS
TRABALHADORES!
2 ABRIL
PRESENTE
E FUTURO



VALEU A PENA LUTAR

O combate ao fascismo foi um caminho difícil, com grandes lutas travadas ao longo de 4 décadas, com coragem e determinação. Dos mineiros de Aljustrel, aos dos Pescadores de Peniche e Matosinhos, dos caixeiros aos operários dos lanifícios, dos metalúrgicos aos vidreiros, tantas e tantas pequenas e grandes lutas, que convergiam em cada 1º de Maio, com grandes manifestações por todo o país contra a exploração e o fascismo e que, só em Lisboa, chegou a reunir 100.000 manifestantes.

UMA LUTA HERÓICA

Em Maio de 1962, centenas de milhar de assalariados agrícolas do sul, designadamente do Alentejo e Ribatejo, após prolongada luta, conquistaram a jornada de trabalho de 8 horas, a partir do 1º Maio, acabando assim com as jornadas de trabalho de sol a sol.

Lutas dinamizadas e realizadas no quadro de um regime opressor e repressivo, com sindicatos corporativos e direcções sindicais maioritariamente da confiança do governo fascista e dos patrões, num tempo em que não existia o direito de reunião, não havia liberdade de expressão e os grevistas e contestatários eram perseguidos e presos, porque eram proibidas as greves e todo o tipo de manifestação e contestação.

Ao mesmo tempo que lutavam pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida, os trabalhadores lutavam também contra as direcções fascistas dos seus sindicatos, tentando, e conseguindo em muitos casos, substituir direcções afectas ao regime por outras compostas por mulheres e homens sérios e honrados que exigiam direitos e salários para os seus representados.



1974 - 2024
SEMPRE
COM A FORÇA DOS
TRABALHADORES!

2 ABRIL
PRESENTE
E FUTURO



A FUNDAÇÃO DA INTERSINDICAL

E A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO, PELA LIBERDADE E A DEMOCRÁCIA

A fundação da Intersindical em 1 de Outubro de 1970 foi o corolário lógico de uma luta desenvolvida em difíceis condições e um passo decisivo para o reforço da unidade e da organização dos trabalhadores em sindicatos de classe e, conseqüentemente, da mobilização e luta reivindicativa que, entre 1970 e 1974, se multiplicou com greves e paralisações que marcaram profundamente este período até ao dia 25 de Abril de 1974.

Em 15 de Abril de 1972, realiza-se, no Porto, a grande manifestação que juntou 40.000 pessoas contra a carestia de vida e a guerra colonial, antecedendo o 1.º de Maio desse ano, momento alto da luta do movimento operário e democrático pela democracia, pela liberdade, contra as injustiças e as desigualdades, por melhores salários e condições de vida, contra a carestia e a guerra colonial. Toda a luta dos trabalhadores e do povo e a resistência antifascista, com enormes custos em perseguições, prisões e assassinatos, foram indispensáveis para criar as condições para o êxito da acção dos militares do MFA a 25 de Abril de 1974, logo acompanhada do levantamento popular, em que a grande jornada do 1.º de Maio se inseriu, desenvolvendo o processo revolucionário.



1974 . 2024
SEMPRE
COM A FORÇA DOS
TRABALHADORES!

2 ABRIL
PRESENTE
E FUTURO

EM DEFESA

DAS CONQUISTAS E VALORES DE ABRIL

Durante todo o processo revolucionário, nas empresas, os trabalhadores constituíram e desenvolveram fortes estruturas e organizações representativas para a defesa dos seus interesses de classe, sendo a sua luta decisiva para a conquista de importantes direitos e liberdades, a que sucessivos governos provisórios deram força de lei.

- ➔ aumento dos salários e instituição do salário mínimo nacional e de pensões mínimas;
- ➔ generalização e duplicação do abono de família;
- ➔ instituição da pensão social;
- ➔ legalização do direito à greve e proibição do *lock-out*;
- ➔ liberdade de reunião, de manifestação, de associação, liberdade sindical e de actividade sindical nas empresas e locais de trabalho;
- ➔ direito de contratação e negociação colectivas;
- ➔ segurança social pública e universal;

- ➔ proibição dos despedimentos sem justa causa;
- ➔ direito a férias pagas e respectivo subsídio e ao 14º mês ou subsídio de Natal.

Durante esse período glorioso, foi ainda possível:

- ➔ construir a Reforma Agrária, uma das mais belas conquistas da Revolução de Abril, na sequência da luta desenvolvida nos campos do Alentejo e Ribatejo;
- ➔ impor o controlo operário num conjunto de empresas;
- ➔ nacionalizar a banca, os seguros e sectores e empresas estratégicas para o desenvolvimento nacional, como a energia eléctrica, a refinação, produção e distribuição dos produtos petrolíferos, os transportes rodoviários, as telecomunicações, os complexos industriais do sector químico, metalúrgico e siderúrgico.



1974 . 2024
25 ABRIL
SEMPRE
COM A FORÇA DOS
TRABALHADORES!
PRESENTE
E FUTURO



CONSTITUIÇÃO

DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Nos luminosos tempos da revolução, e em resposta às reivindicações que se faziam nas ruas, nas fábricas e nos campos, legislou-se com sentido democrático e progressista.

A Constituição da República Portuguesa (CRP), aprovada e promulgada em 2 de Abril de 1976 consagrou as transformações de carácter político, económico e social progressista, que muitos nunca imaginaram que algum dia seria possível alcançar. Apesar das mutilações que sucessivas revisões lhe impuseram, a Constituição integra garantias e direitos conquistados que são valores de Abril determinantes para o caminho a trilhar para o desenvolvimento económico, social e cultural do Portugal livre, independente e soberano que Abril prometeu e urge construir.

Uma Constituição que não é neutra, que tem inscrito o direito ao trabalho, a salários dignos e à contratação da colectiva, à liberdade e actividade sindical, o direito a serviços públicos de qualidade e às funções sociais do Estado: à saúde, segurança social, educação, habitação, justiça e cultura.

O projecto, valores e o conjunto de direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa (CRP), que estão profundamente enraizados na sociedade portuguesa, são actuais e perspectivam um rumo de desenvolvimento e justiça social, que urge intensificar.



1974 . 2024
SEMPRE
COM A FORÇA DOS
TRABALHADORES!

2 ABRIL
PRESENTE
E FUTURO

ATAQUE AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

ASPECTO CENTRAL DA CONTRA-REVOLUÇÃO

O ataque aos direitos dos trabalhadores, apesar da sua luta e ofendendo os valores de Abril, tem sido uma constante dos sucessivos Governos PS, PSD e CDS (sozinhos ou coligados, entre si), alterando para pior as leis do trabalho, através de sucessivos pacotes laborais, combatendo a unidade dos trabalhadores e promovendo o divisionismo sindical, que esses partidos institucionalizaram.

Em 2003 o Governo ao serviço do grande capital conseguiu dar o maior golpe nos direitos dos trabalhadores com a aprovação do Código do Trabalho que, entre várias malfeitorias, entregou ao patronato a caducidade dos contratos colectivos de trabalho, uma sua velha aspiração.

A resistência e luta dos trabalhadores, a intervenção e acção de classe da CGTP-IN e do Movimento Sindical Unitário em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e das conquistas da Revolução conseguiu em diversos momentos travar os objectivos mais vastos da política de direita.

Entretanto, os governos da recuperação capitalista conseguiram:

- ⊖ destruir a Reforma Agrária;
- ⊖ privatizar as empresas e sectores estratégicos do Sector Empresarial do Estado;
- ⊖ atacar os Serviços Públicos e as Funções Sociais do Estado.



1974 - 2024
SEMPRE
COM A FORÇA DOS
TRABALHADORES!

2 ABRIL
PRESENTE
E FUTURO



A POLÍTICA DE EMPOBRECIMENTO



E A RESPOSTA DOS TRABALHADORES

Os trabalhadores, os seus sindicatos de classe, a CGTP-IN, têm desenvolvido a sua luta, mesmo numa situação complexa, que se agravou com a integração de Portugal na CEE/UE, em 1 de Janeiro de 1986, e, mais tarde, com a adesão ao Euro, com ditames de onde emanam orientações, imposições e chantagens a que os governos se têm vergado, autênticos mecanismos de ingerência que conduziram à destruição de parte significativa do aparelho produtivo e da produção nacional, nomeadamente na indústria, nas pescas e na agricultura, limitando o desenvolvimento do País e hipotecando a soberania e a independência nacionais.

Entre 2009 e 2015, os Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) e o Programa de Agressão subscrito por PS, PSD e CDS-PP com a Tróica constituída pelo FMI, UE e BCE, deram lugar a um dos períodos mais conturbados dos últimos anos, com os governos do PS/Sócrates e de PSD/CDS-PP de Passos Coelho e Paulo Portas.

Cortes nos direitos, nos salários, pensões de reforma e apoios sociais, nos serviços públicos e funções sociais do Estado, sob a ameaça da Tróica estrangeira de sanções aos países que não seguissem as suas determinações de redução do défice, da dívida e do investimento público.

A resposta dos trabalhadores foi grandiosa, com centenas de milhares em greves, concentrações e manifestações. Uma luta que teve como ponto alto as cinco greves gerais realizadas entre 2010 e 2013, e foi determinante para a queda do governo PSD/CDS-PP e a alteração da correlação de forças na Assembleia da República nas eleições de Outubro de 2015.



1974 . 2024
SEMPRE
COM A FORÇA DOS
TRABALHADORES!

2 ABRIL
PRESENTE
E FUTURO

CONTINUAM AS AMEAÇAS

AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E DO POVO

Em resultado de mais de 40 anos de política de direita, que contrariaram o projecto emancipador de Abril, a situação nacional confirma a persistência de défices e bloqueios em áreas que são estruturais para o desenvolvimento do País, deixando-o vulnerável perante um enquadramento internacional, complexo e instável, sendo de notar:

- a perspectiva de abrandamento económico e risco de recessão com a subida das taxas de juro determinadas pelo BCE;
- a elevada pressão inflacionista, com expressão no aumento do preço de bens e serviços essenciais;
- o aproveitamento especulativo por parte dos principais grupos económicos;
- a acentuada redução do peso dos salários no rendimento nacional, a par da escandalosa acumulação de lucros por parte dos grupos económicos;
- um défice externo que continua a agravar-se ao mesmo tempo que se degrada a produção nacional;
- a intensificação das pressões externas para limitar a despesa pública e o investimento;
- a preparação de novas privatizações – TAP, EFACEC, SATA – e Parcerias Público-Privadas - hospitais, rodovia e ferrovia.



1974 . 2024
SEMPRE
COM A FORÇA DOS
TRABALHADORES!

2 ABRIL
PRESENTE
E FUTURO

OPÇÕES DE CLASSE

CONTRA OS INTERESSES DOS TRABALHADORES

HOJE SALÁRIO MÍNIMO DEVERIA SER 1153€

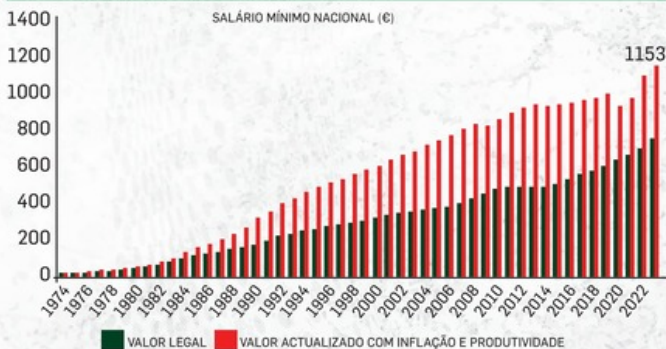


Gráfico com o valor legal do SMN comparando com o valor que deveria hoje ter tido em conta a inflação e a produtividade.

Fontes: Cálculos da CGTP-IN com base em dados do INE.

No tempo presente, o aumento do custo de vida, a degradação do poder de compra e a redução do valor real dos salários, pensões e reformas exigem medidas para controlar os preços dos bens e serviços essenciais.

Apesar de ter condições para responder positivamente às reivindicações dos trabalhadores, em vez disso, o Governo do PS firmou com os patrões e a UGT, por um lado, um "acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade" e, por outro, um outro entendimento, com as estruturas da UGT para a Administração Pública, que mantém a caducidade da contratação colectiva e outras normas gravosas da legislação laboral, não valorizam salários e prolongam a perda do poder de compra, aprofundam a injustiça na distribuição da riqueza e aceleram o empobrecimento dos trabalhadores, não respondem aos problemas que afectam o funcionamento dos serviços públicos e reforçam a acumulação dos que mais têm com a distribuição de mais benesses ao grande capital.

Opção de classe, que marca o governo PS, aproveitada pelo grande capital, num quadro político em que aumenta a expressão e promoção das forças e projectos reaccionários, nomeadamente PSD, CDS, Chega e IL, que são uma ameaça aos direitos dos trabalhadores e do povo, às liberdades democráticas, à democracia e ao futuro do País, como o comprovam os projectos de revisão constitucional em curso apresentados por PSD, Chega e IL.



Portugueses não compram remédios por causa do custo!

Um em cada 10 portugueses comorou no ano passado algum dos medicamentos prescritos pelo médico

Transportes e comida já levam metade do salário

Produtos mais consumidos continuam a inflacionar. Subida dos preços e perda de poder de compra dão o mote para o 1.º de Maio

Cada vez mais famílias entregam a casa ao banco

Custo de vida agravado afeta sobretudo os jovens. Hoje há manifestações em seis cidades

Arrendamento coercivo só pode avançar este ano em 16 dos 308 municípios



1974 - 2024
SEMPRE COM A FORÇA DOS TRABALHADORES!

2 ABRIL PRESENTE E FUTURO

A LUTA É O CAMINHO

O governo do PS não responde aos problemas estruturais do País e não vai além de meros paliativos que não são solução para as dificuldades com que se confrontam todos os dias os trabalhadores, os reformados e pensionistas, as mulheres e os jovens. Generaliza-se e cresce o descontentamento e a luta.

Luta que, hoje como ontem, põe em confronto interesses antagónicos – explorados e exploradores –, e que sempre foi e continuará a ser decisiva para combater a exploração e obrigar a entregar aos trabalhadores uma fatia cada vez maior da riqueza que só eles produzem. Luta, nos locais de trabalho e na rua, contra a acentuação da exploração, as injustiças e as desigualdades, para exigir melhores salários e pensões e mais direitos, melhores e mais fortes serviços públicos, a valorização profissional e melhores condições de vida e de trabalho.

Uma luta que, no contexto actual, é necessário intensificar e alargar, em torno dos problemas concretos, nomeadamente:

- ⊕ O aumento dos salários em, pelo menos, 10% e não inferior a 100 €, para todos os trabalhadores;
- ⊕ A valorização das carreiras e profissões;
- ⊕ O aumento do salário mínimo nacional;
- ⊕ A revogação das normas gravosas da legislação laboral e a efectivação do direito de contratação colectiva, com a revogação da caducidade e a reposição do princípio do tratamento mais favorável;
- ⊕ As 35 horas semanais para todos os trabalhadores, sem perda de salário, e o fim da desregulação dos horários;
- ⊕ A erradicação da precariedade;
- ⊕ O aumento de todas as pensões de reforma, para repor o poder de compra e assegurar a sua valorização;
- ⊕ O reforço dos serviços públicos e funções sociais do Estado e a valorização dos seus profissionais.



1974 - 2024
SEMPRE
COM A FORÇA DOS
TRABALHADORES!

2 ABRIL
PRESENTE
E FUTURO



1974 . 2024

25 ABRIL SEMPRE

A instauração e consolidação do regime democrático em Portugal são indissociáveis da acção da CGTP-Intersindical Nacional e do movimento sindical que congrega.

A revolução de 25 de Abril de 1974, como expressão de soberania popular, contou com a intervenção decisiva da Intersindical Nacional nas transformações políticas e económicas e sociais então realizadas, como as nacionalizações, a reforma agrária, o controlo operário, a autogestão, o reforço do movimento associativo, e na conquista e defesa dos mais importantes direitos políticos, económicos e sociais dos trabalhadores que vieram a ser consagrados na Constituição da República de 1976.

COMEMORAR ABRIL É:

- ➔ desenvolver a acção e a luta, mobilizando os trabalhadores,
- ➔ reforçar a unidade, alargar a sindicalização, fortalecer a organização sindical, dar mais força aos sindicatos,
- ➔ criar um amplo movimento junto dos trabalhadores para grandiosas participações nas comemorações do 50º Aniversário do 25 de Abril e na jornada de luta do 1º de Maio de 2024, Dia Internacional do Trabalhador.

A vida já demonstrou que os trabalhadores, em unidade, reforçando as suas estruturas representativas de classe com mais sindicalização e dirigentes, delegados e activistas sindicais empenhados e determinados na causa dos trabalhadores, com mais esclarecimento, mobilização e luta organizada, têm nas suas mãos fortes possibilidades de defender e conquistar direitos, fazendo das injustiças, tão profundas e inaceitáveis de que são vítimas no seu dia-a-dia, a determinação necessária para o combate por um País mais justo, democrático e solidário, por uma política alternativa de esquerda e soberana, contra a exploração, pela emancipação dos trabalhadores, por uma sociedade sem classes.



1974 . 2024
SEMPRE
COM A FORÇA DOS
TRABALHADORES!

25 ABRIL
PRESENTE
E FUTURO



PO ISE

PROGRAMA OPERACIONAL
**INCLUSÃO SOCIAL
E EMPREGO**

PORTUGAL

2020

ENTIDADE PROMOTORA | Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional

DESIGNAÇÃO DO PROJETO | Reforço da Capacitação Institucional dos Parceiros Sociais com assento na CPCS

OBJETIVO PRINCIPAL | Reforçar a capacidade institucional dos parceiros sociais com assento na CPCS



Fundo Social Europeu